

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**Protocolo nº:** 1000000213.

**Assunto:** Dispensa de licitação. Compra direta. Conjunto de microfones lapela sem fio.

**Interessados:** APPA/GCOM.

**Parecer Jurídico nº** 077/2025.

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. COMPRA DIRETA. DISPENSA. ART. 29, II, DA LEI Nº 13.303/2016. ART. 73, II, DO RILC/APPA. POSSIBILIDADE.**

Prezado Sr. Presidente,

**I – Relatório**

**1.** Trata-se de protocolo de iniciativa da Gerência DE Comunicação e Marketing da APPA (GCOM), na qual justificada a compra direta de equipamentos eletrônicos – “02 (dois) conjuntos de microfones lapela.”

**2.** O protocolo veio instruído com os seguintes documentos e tramitações:

Documento
CI nº 2284/2025
Termo de Referência
Autorização Fase Interna
Procedimento Registro CSUPR
Despacho COLIC
Documentação CSUPR
Demonstrativo SAP
Procedimento dispensa COLIC

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**Declaração Orçamentária**

3. É, em síntese, o relatório.

**II - Dos limites da análise jurídica**

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, in verbis:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a "autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

9. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

10. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA JURÍDICA**

**11.** Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

**12.** Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

**13.** Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**14.** Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

**III – Da possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação**

**15.** O presente procedimento trata de solicitação objetivando autorização para compra direta de equipamentos eletrônicos – “02 (dois) conjuntos de microfones lapela, cujo custo perfaz o montante de **R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)**).

**16.** Assim, cuida-se de análise de reconhecimento de situação fático-jurídica de dispensa de licitação, com fundamento no disposto no art. 29, II, da Lei nº 13.303/2016 e no art. 73, II, do Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, em virtude do valor, que respeita o limite legal para dispensa.

**17.** Em que pese a contratação direta esteja expressamente prevista no RILC da APPA e na Lei nº 13.303/2016, a modalidade de dispensa de licitação impõe a observância de diversos requisitos de ordem formal, em razão da rigidez imposta à Administração pelo legislador, notadamente porque foge à regra da licitação, que na maioria das vezes, é o meio contumaz a se garantir a melhor compra e a lisura deste procedimento.

**18.** O fundamento em que o legislador se baseou para dispensar a licitação em face do valor da contratação reside na economicidade. A licitação tem um custo financeiro para a Administração Pública e há hipóteses em que esse custo financeiro é superior ao benefício que advirá da mesma.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA JURÍDICA**

**19.** Isso porque o procedimento licitatório, independentemente da modalidade utilizada, compreende diversos custos, tanto os referentes ao labor administrativo (custos fixos com salários, equipamentos, energia e diversos insumos) quanto os decorrentes da publicidade dos atos da licitação. Logo, em atendimento ao princípio da economicidade, é coerente que a administração efetive contratações diretamente, dispensando o pesado e caro procedimento licitatório, quando o objeto pretendido for de baixo valor monetário.

**20.** Como observa o professor Benedicto de Tolosa: “os eventuais benefícios da feitura da licitação que pouca atração exerceria sobre eventuais fornecedores, por certo, sucumbiriam ante os custos processuais, tornando a contratação antieconômica”<sup>1</sup>.

**21.** Destarte, conflitando com a ideia de que a dispensa licitatória é uma mera faculdade - ou seja, que o agente teria a liberdade para se desejar, em vez de dispensar a licitação, realizá-la - não seria despropositado afirmar que, em razão da busca da eficiência, o dever do agente público, no caso de dispensas em função do baixo valor do objeto, será efetivamente o de dispensar a licitação.

**22.** Considerando a possibilidade de contratação direta nos casos em que se verifica o baixo valor do objeto, o artigo 80 do RILC dispõe acerca dos elementos mínimos que devem constar na instrução dos processos de contratação direta. A fim de facilitar a constatação da regularidade do procedimento em tela, elaboramos a tabela abaixo:

---

<sup>1</sup> TOLOSA FILHO, Benedicto de. *Contratando sem licitação*: comentários teóricos e práticos. 3. ed., p. 81.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

<b>Art. 80 O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos mínimos:</b>	
<b>I – Estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;</b>	Não se aplica, objeto não relacionado com obras, serviços ou compras de engenharia.
<b>II – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;</b>	Não se aplica, a contratação não se dá em caráter emergencial.
<b>III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;</b>	Fornecedor escolhido em razão do menor valor ofertado à APPA quando das cotações realizadas pelo setor requisitante.
<b>IV – Justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;</b>	Propostas anexadas ao protocolo que demonstram o valor de mercado.
<b>V – Declaração de disponibilidade orçamentária;</b>	Apresentada
<b>VI – Parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;</b>	Manifestação da COLIC e parecer jurídico em tela.
<b>VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;</b>	Valor indicado pela CSUPR e protocolo submetido à análise jurídica.
<b>VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.</b>	Atendido

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

<b>IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.</b>	Termo de referência anexo, constando todos os requisitos elencados neste inciso.
<b>§1º Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;</b>	Não se aplica, contratação pretendida por dispensa de licitação em razão do valor.
<b>§2º Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher os requisitos necessários para a celebração da contratação pretendida;</b>	Constam quatro propostas.
<b>§3º Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da exclusividade do contratado poderá ser feita por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais; por associações de classe; pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo; por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização; por especialistas ou centros de pesquisa; ou por outras pessoas idôneas.</b>	Não se aplica, eis que a contratação não será por inexigibilidade.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**23.** Salienda-se que, analisando-se as quatro propostas juntadas ao protocolo, é possível verificar que a da Empresa G F COMEX LTDA, além de ser o menor preço, demonstra que o valor está compatível com os preços de mercado, conforme se verifica nos excertos abaixo colacionados:

Proposta Nº 1038							
<b>Para</b> ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA CNPJ: 79621439000191, IE: 9037222825 RUA ANTONIO PEREIRA, 161, VILA PARANAGUA 83221030 - PARANAGUA, PR					<b>Número da Proposta</b>		1038
					<b>Data</b>		01/04/2025
<b>Itens da proposta comercial</b>							
Descrição do produto/serviço	Código	Un	Qtd.	Preço lista.	Desconto %	Preço un.	Preço total
Hollyland LARK M2 DUO Combo Microfone Sem Fio USB-C Lightning Câmera	112747	UN	2,00	1.799,00	0,00	1.799,00	3.598,00
Nº de Itens	Soma das Qtdes	Total outros itens	Desconto total dos itens	Total dos itens	Frete	Total da proposta	
1,00	2	0,00	0,00	3.598,00	0,00	3.598,00	

Figura 1 - Proposta Eshop10 Foto Vídeo e Áudio LTDA

PROPOSTA COMERCIAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Microfone Hollyland Lark M2 Duo Combo Duplo Para 2 Pessoas Cor Preto	HOLLYKAND LARK	02	UN	R\$ 1.150,00	R\$ 2.300,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 2.300,00</b> <b>TOTAL POR EXTENSO:</b> <b>(DOIS MIL E TREZENTOS REAIS )</b> <b>VALIDADE DA PROPOSTA 30 DIAS</b> <b>PRAZO DE ENTREGA: Em até 15 dias</b> <b>PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA DOS PRODUTOS 12 MESES DA ENTREGA DO PRODUTO</b>						

Figura 2 - Proposta de menor valor - G-F COMEX LTDA.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

Proposta Nº 2371											
<b>Para</b> ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA CNPJ: 79621439000191, IE: ISENT0 Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II 83203800 - Paranaguá, PR bruno.romera@appa.pr.gov.br					<table border="1"><tr><td>Número da Proposta</td><td>2371</td></tr><tr><td>Data</td><td>01/04/2025</td></tr></table>			Número da Proposta	2371	Data	01/04/2025
Número da Proposta	2371										
Data	01/04/2025										
<b>Itens da proposta comercial</b>											
Descrição do produto/serviço	NCM	Código	Un	Qtd.	IPI %	Preço un.	Preço total				
Microfone de lapela sem fio HOLLYLAND LARK M2 DUO Combo (para Câmera e Celular)	8518.10.90	LMMIC-0043	UN	2,00000	0,00	1.524,90	3.049,80				

Figura 3 - Proposta Loja e Locadora Marios

<b>Orçamento do Produto:</b>  <b>MICROFONE WIRELESS HOLLYLAND LARK M2 COMBO R\$ 1.260,00 cada</b>  <b>2 unidades: R\$ 2.520,00</b>
--

Figura 4 - Proposta PHOTOTECH

**24.** Não obstante, oportuno registrar que a Zênite<sup>2</sup> - empresa tida como referência de capacitação e consultoria em licitações - defende que os elementos acima não são suficientes para a adequada instrução do processo referente a contratações pautadas em hipóteses de dispensa em razão do valor.

<sup>2</sup> Com 30 anos de atuação, a Zênite é referência de qualidade em matéria de contratação pública e suporte para a Administração Pública.

O reconhecimento pelo mercado da qualidade e confiança das informações e soluções produzidas pela Zênite legitima a sua notória especialização. Com equipe de profissionais especialistas, as Soluções Zênite se apresentam, por meio de seminários, cursos *in company*, soluções eletrônicas, revista especializada, orientações técnicas e livros, como suporte imprescindível de informação e conhecimento quando o tema é licitações e contratos.

Além da excelência no que faz, são marcas do trabalho e da atuação da Zênite: a inovação e o conhecimento da realidade e das necessidades da Administração Pública, condição fundamental para a assertividade nas soluções apresentadas.

Informações retiradas do site <https://www.zenite.com.br/a-zenite/>, acesso em 18/12/2024.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**25.** Assim, a recomendação é de que a instrução processual seja composta pelos seguintes passos: (i) caracterização da necessidade administrativa que se pretende solucionar com a compra; (ii) comprovação de que a solução contratada é suficiente e proporcional para satisfazê-la; (iii) razão da escolha do fornecedor ou executante; (iv) comprovação da compatibilidade do preço pago pela Administração com o que é praticado no mercado; (v) comprovação de que não houve o fracionamento do objeto em burla ao dever de licitar.

**26.** Desta forma, passa-se a análise apartada de cada um destes requisitos.

**27.** A caracterização da necessidade administrativa que se pretende solucionar com a contratação foi realizada pelo setor interessado no item “justificativa e objetivo da contratação” constante no termo de referência:

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Em 2025, a **Portos do Paraná**, irá participar da Intermodal South America, realizado de forma anual, a Intermodal South America é o maior e mais completo evento para os setores de logística, intralogística, tecnologia, transporte de cargas e comércio exterior da América Latina. Abrangendo todos os modais de transporte, o evento oferece soluções para toda a cadeia logística, de ponta a ponta.
- 2.2. Diante disso, havendo a necessidade de utilização de equipamentos eletrônicos para cobertura jornalística e compor todo o acompanhamento de reuniões e entrevistas realizadas pela Diretoria Executiva da Portos do Paraná fazendo-se necessário a compra de 02 (dois) conjuntos de microfones lapela.
- 2.3. Considerando-se o previsto no artigo 73 do Regulamento Interno de Contratações – RILC, inciso II, que informa que é dispensável efetuar a Licitação para serviços e compras de valor até R\$ 71.538,60 (setenta e um mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), solicitamos a COLIC – Comissão de Licitações avaliar a possibilidade de efetuar a contratação via a modalidade de Dispensa de Licitação.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**28.** Sob essa ótica, a justificativa da contratação restou demonstrada no termo de referência.

**29.** Em análise ao requisito “ii”, a COLIC atestou que a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor é a solução que melhor atende à necessidade exposta, conforme se infere da informação anexada ao protocolo em tela.

**30.** Evoluindo na apreciação do pleito, do item “iii” emana que deve constar no procedimento a razão da escolha do fornecedor ou executante. Neste ponto, a escolha do fornecedor decorre da melhor proposta obtida nas cotações realizadas pelo setor requisitante. Sendo assim, entende-se cumprido o requisito “razão da escolha do fornecedor”, estando demonstrada a vantajosidade econômica na contratação da empresa que apresentou a melhor proposta para o cumprimento do objeto a ser contratado.

**31.** Em relação ao último requisito, qual seja, confirmação de que não há fracionamento do objeto, é necessário aclarar o conceito, anteriormente a qualquer conclusão.

**32.** Por isso, explica-se que fracionamento do objeto ocorre quando o administrador público faz várias licitações, tanto para aquisição de bens como para contratação de serviços, dividindo a despesa para utilizar modalidade de licitação menos rigorosa à recomendada pela legislação para o total da despesa ou para efetuar a contratação direta.

**33.** Ou seja, o fracionamento de despesa é caracterizado pela adoção de modalidade de licitação mais simples quando exigível modalidade mais complexa, mediante expedientes como a redução de quantitativos para que o valor fique dentro

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

dos limites da modalidade de menor exigência, **repetindo-se o procedimento em curto lapso temporal.**

**34.** Neste sentido, é o entendimento do Tribunal de Contas da União<sup>3</sup>:

Em resumo, se a Administração optar por realizar várias licitações ao longo do exercício financeiro, para um mesmo objeto ou finalidade, deverá preservar sempre a modalidade de licitação pertinente ao todo que deveria ser contratado." (...) Não raras vezes, ocorre fracionamento da despesa pela ausência de planejamento da Administração. O planejamento do exercício deve observar o princípio da anualidade do orçamento. Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida para o total da despesa no ano, quando decorrente da falta de planejamento.

**35.** Quanto ao ponto, vale observar que não poderá haver nova aquisição da mesma natureza através de dispensa no interregno deste exercício financeiro, sob pena de restar caracterizado o fracionamento de despesa.

**IV - Quanto a eventual necessidade de aprovação da contratação direta pelo CONSAD e necessidade de formalização de contrato.**

**36.** Devidamente analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a contratação em tela, torna-se possível ao gestor avaliar a conveniência e oportunidade da contratação.

<sup>3</sup> "Licitações e Contratos – Orientações do TCU", 4ª ed., 2010, p. 105, versão digital in <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057620.PDF>.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**37.** Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, não se faz necessário que o Diretor Presidente envie o presente protocolado para apreciação do Conselho de Administração da APPA – CONSAD. Conforme consta no item “7” da Ordem do Dia da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva foi aumentada para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

"O Conselho de Controle das Empresas Estatais – CCEE, editou Deliberação Normativa nº. 003/2019, que prescreve os seguintes percentuais e atribuições: "... Art. 6º -A competência para deliberar sobre a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e a associação com outras pessoas jurídicas, deverá ser atribuída: .... IV – Ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do Capital Social integralizado da Companhia. Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos."

**38.** No presente caso, considerando que consoante informações prestadas pela CSUPR, o valor máximo estimado para a contratação é de **R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), não é necessária a aprovação pelo CONSAD.**

**39.** Quanto a elaboração de instrumento formal escrito (contrato), o mesmo pode ser dispensado, nos termos do que dispõe o art. 246, do RILC/APPA<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Art. 246 A redução a termo do contrato poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da APPA.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**V – Conclusão.**

**40.** Ante o exposto, conclui-se que o procedimento tramitou regularmente, opinando-se pela possibilidade de deferimento da contratação por dispensa de licitação da empresa **G F COMEX LTDA**, com o valor de **R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)**, para compra direta de equipamentos eletrônicos – “02 (dois) conjuntos de microfones lapela”, conforme as especificações constantes no termo de referência.

Paranaguá/PR, datado e assinado eletronicamente.

**Rodrigo Lascosk Biscaia**

Coordenador Tributário e Ambiental

**Vitória Mass Spisila**

Coordenadora De Licitações e Contratos

**Mateus Do Nascimento Eduvirges**

Analista Portuário - Advogado

**Rodrigo Di Piero Mendes**

Procurador Jurídico Consultivo

**Marcus Vinicius Freitas Dos Santos**

Diretor Jurídico

**COMUNICAÇÃO INTERNA 2552/2025.**

Documento: **Parecern077.20251000000213Dispensadelicitacao.CompraDireta.Conjuntodemicrofoneslapelasemfio..pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 09/04/2025 16:48 Local: APPA/DJU, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 09/04/2025 17:17 Local: APPA/DJU.

Assinatura Simples realizada por: **Rodrigo Lascosk Biscaia (XXX.885.239-XX)** em 09/04/2025 15:58, **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 09/04/2025 16:07 Local: APPA/DJU, **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 09/04/2025 16:25.

Inserido ao documento **1.379.539** por: **Rodrigo Lascosk Biscaia** em: 09/04/2025 15:58.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**7cbcac418d866dce132ae24b86cde7bc.**